

DIMENSÕES IDENTITÁRIAS ENTRE CAMPONESES DE UMA COMUNIDADE RURAL BRASILEIRA

Mariana Bonomo ¹, Lídio de Souza (*in memoriam*), & Eliana Zandonade 

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

RESUMO

Referenciada pela Teoria da Identidade Social, a investigação objetivou identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias, a partir do pertencimento à categoria social ruralidade. Foram realizadas entrevistas individuais com 200 integrantes de quatro gerações de uma comunidade rural, com idades entre 07 e 81 anos, conduzidas a partir de roteiro estruturado. Os dados foram analisados por meio do método de rotação varimax e da Classificação Hierárquica Descendente, respectivamente, com auxílio dos *softwares* SPSS e Alceste. Os resultados indicaram antíteses que sustentam oposições entre os dois territórios: (1) 'autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista', (2) 'igualdade vs. desigualdade', (3) 'familiaridade vs. não familiaridade' e (4) 'vida feliz vs. vida triste'. Discute-se as estratégias de manutenção da identidade social camponesa no contexto social contemporâneo.

Palavras chave

cidade; comunidade rural; identidade social; ruralidade

RESUMEN

Basada en la Teoría de la Identidad Social, la investigación se propuso identificar los elementos que componen las dimensiones de identidad, a partir de la pertenencia a la categoría social ruralidad. Se realizaron entrevistas individuales a 200 integrantes de cuatro generaciones de una comunidad rural, con edades entre 07 y 81 años, conducidas a partir de un guion estructurado. Se analizaron los datos a través del método de rotación varimax y de la Clasificación Jerárquica Descendente, respectivamente, con ayuda de los *softwares* SPSS y Alceste. Los resultados indicaron antítesis que sustentan oposiciones entre los dos territorios: (1) 'autosostenible vs. modo de producción capitalista', (2) 'igualdad vs. desigualdad' (3) 'familiaridad vs. no familiaridad' y (4) 'vida feliz vs. vida triste'. Se discuten las estrategias para mantener la identidad social campesina en el contexto social contemporáneo.

Palabras Claves

ciudad; comunidad rural; identidad social; ruralidad

ABSTRACT

Referenced by the Theory of Social Identity, the investigation aimed to identify the elements that compose the identity dimensions, based on belonging to the social category of rurality. Individual interviews were carried out with 200 members of four generations from a rural community, aged between 07 and 81 years old, conducted from a structured script. The data was analyzed using the varimax rotation method and the Descending Hierarchical Classification, respectively, with the aid of the SPSS and Alceste softwares. The results indicated antitheses that support oppositions between the two territories: (1) 'self-sustainability vs. capitalist mode of production', (2) 'equality vs. inequality', (3) 'familiarity vs. non-familiarity' and (4) 'happy life vs. sad life'. Strategies for maintaining the peasant social identity in the contemporary social context are discussed.

Keywords

city; rural community; social identity; rurality

¹ Correspondence about this article should be addressed to **Mariana Bonomo**: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Av. Fernando Ferrari, 514, Edifício Lídio de Souza - Goiabeiras, Vitória – ES/Brasil. CEP: 29075-910. E-Mail: marianadabo@gmail.com

DIMENSIONES DE IDENTIDAD ENTRE CAMPESINOS DE UNA COMUNIDAD
RURAL BRASILEÑA

IDENTITY DIMENSIONS BETWEEN PEASANTS FROM A BRAZILIAN RURAL
COMMUNITY

Introdução

As sociedades humanas são estruturadas a partir dos mais diversos grupos sociais (Brown, 2007; Moscovici, 2003). Para entender o indivíduo em sociedade, é preciso, portanto, também compreender o seu pertencimento grupal, cuja pertença influencia grande parte de suas práticas e comportamentos cotidianos. A questão que decorre desse sistema de referência identitária é que na hierarquia social, os grupos sociais possuem status diferentes, existindo os que são entendidos como modelos de sociabilidade a serem seguidos, e aqueles com acesso precário aos bens sociais, materiais e simbólicos, também conhecidos como minoritários (Souza, 2004).

Historicamente associadas a estereótipos cuja qualificação tem incluído a ideia de atraso, ignorância e limitações de diferentes ordens, somados às visões romantizadas da vida no campo como lugar bucólico, de inocência e forma natural de vida (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Williams, 1990; Vasconcellos, 2009), as sociabilidades rurais têm enfrentado inúmeros desafios no contexto das lutas político-identitárias, apesar de ocuparem lugar central no eixo das discussões acerca dos rumos das sociedades contemporâneas (FAO & IFAD, 2019). Frente a esse debate, parece ser importante ressaltar que enquanto uma visão tradicional do rural designava uma perspectiva voltada para a esfera produtiva e instrumentalização de atividades (especialmente aquelas agrícolas), as ruralidades referem-se à rede de relações e de sociabilidades, valorizando a multim dimensionalidade do mundo rural, sua dinâmica social e diferentes modos de vida (Del Priore & Venâncio, 2006). De fato, Abramovay (2000, p. 6), há duas décadas, já enfatizava que a ruralidade “é um conceito de natureza territorial e não-setorial”, sendo necessária a “compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo)” (Moreira, 2005, p. 21). Essa abordagem reafirma não apenas a dimensão humana e identitária da vida no campo, como também enfatiza a diversidade de ruralidades possíveis e vivenciadas nas mais diversas territorialidades brasileiras, com diferentes modos de produção (agrícolas e não agrícolas) e referências socioculturais.

Ressalta-se, portanto, que o presente estudo, cujo objetivo consistiu em analisar o pertencimento social de integrantes de uma comunidade rural brasileira no contexto da categoria social *ruralidade*, não se pretende representativo do cenário nacional; mas apresenta uma análise circunstanciada ao contexto sociocultural da trajetória e organização de uma comunidade rural do sudeste brasileiro. Dessa forma, as análises elaboradas nesse trabalho estão em consonância com as reflexões de Moura et al. (2019), posto que a “preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes” (p. 142). Considerando, portanto, que os indivíduos buscam manter uma imagem social positiva de si, mecanismo que se realiza também no contexto grupal, torna-se uma questão a ser investigada conhecer os recursos simbólicos empreendidos para manutenção de sua identidade social.

A ruralidade como território identitário

Diferentes ruralidades constituem o tecido social rural brasileiro, integrando características histórico-culturais próprias de cada região, modos de produção específicos àquela localidade, bem como sistemas de referência integrados por marcadores de crenças, normas e costumes que imprimem sociabilidades variadas aos grupos camponeses em território nacional. Na esfera da ruralidade como território identitário, a tarefa de se refletir sobre os fenômenos psicossociais que se constituem nesse universo convoca o seu entendimento como espaço de organização social, onde as pessoas se encontram e estabelecem relações de afeto e empreendem esforços para transmissão identitária às novas gerações (Bonomo & Souza, 2010; Del Priore & Venâncio, 2006).

No campo dos processos identitários e formulação de categorias sociais, nascer e ser socializado em um mundo rural parece constituir-se como contexto marcado por projetos de vida característicos, bem como por sistemas de normas, valores e crenças diferenciados (Speltini & Palmonari, 1999). Brandenburg (2010) aponta que o modo de organização da população campesina em pequenas comunidades contribui para o fortalecimento das relações de sociabilidade entre o grupo rural, evidenciadas nas relações familiares, escolas, igrejas, festas, mutirões, relação entre a vizinhança e também nas manifestações culturais (Nascimento, 2012; Pratta & Santos, 2007; Senna & Dessen, 2012).

Nessa perspectiva, alinha-se com a acepção de Albuquerque (2002), que entende o rural como “forma de vida que abarca todos os membros que vivem em uma coletividade rural, trabalham na agricultura ou em outras atividades diferentes” (p. 38). Também Wanderley (2001) compartilha dessa concepção em que os diversos modelos familiares, as relações de trabalho, a parceria e os laços de solidariedade necessários a essas redes de relações sociais, o situam como um “modelo significativo e alternativo em relação a outras formas de organização social” (Pereira & Gomes, 2002, p. 94). É necessário, portanto, abordar a ruralidade a partir de um sistema integrado entre grupo – categoria social – estrutura social vigente, arranjo que envolve diversos fatores marcados por forças da cultura (como valores, tradições, ideologias, relações de gênero, modo de produção local) e pressões externas (as políticas públicas, o agrícola como lugar de produção, o mercado integrado, entre outros) (Abramovay, 2000; Durham, 2004; Moreira, 2005), compondo um campo de pesquisa cuja complexidade demanda sua abordagem a partir de diferentes níveis de análise (Doise, 2002), especialmente no que se refere aos fenômenos de identidade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2010), a população rural brasileira compreende apenas 15% da população nacional, representando uma redução e realocação muito acentuada dessa população nas últimas décadas - em 1940, 69% da população brasileira residia em áreas rurais do país e, em 1980, período conhecido como a década da inversão do quadro populacional brasileiro, 33% se mantinha no campo. Essa inversão do quadro populacional tem gerado grande preocupação em relação à segurança alimentar brasileira, que se baseia, principalmente, na produção da agricultura familiar, praticada nas unidades de produção dos camponeses que permaneceram em áreas rurais do país.

A agricultura familiar tem sido responsável pela maior parte da produção de gêneros alimentícios e de alimentos básicos no país (Niederle, 2017), cujo modo de produção tem contribuído para “a segurança alimentar e nutricional, geração de renda no campo e das economias locais, preservação dos alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade” (Elias, Belik, Cunha & Guilhoto, 2019, p. 216). Apesar disso, as áreas rurais brasileiras concentram os maiores índices de pobreza no território nacional, com taxa de 20,2% em 2014, segundo dados da PNAD (IBGE, 2014).

Diante do reduzido número de pesquisas científicas sobre a população rural na área de conhecimento da Psicologia, estudar os processos identitários que se configuram na interface entre essas realidades e categorias sociais dialógicas apresenta-se como

tarefa de grande relevância. Há que se considerar, portanto, a importância de se incluir a Psicologia nas estratégias formuladas no campo das políticas públicas para os grupos rurais e de a própria Psicologia assumir a ruralidade como objeto de estudo (Conselho Federal de Psicologia, 2013), posto que este, sobretudo em sua dimensão identitária, integra uma série de fenômenos salientes na atualidade.

De fato, diversos autores (Albuquerque, 2002; Bezzon & Soares, 2013; Cirilo Neto & Dimenstein, 2017; Lopes, Ferreira & Friedrich, 2018; Silva & Macedo, 2017) têm apontado para a importância de atuação de profissionais da Psicologia na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a população rural, visto que ainda é forte o processo de desvalorização do grupo rural frente às categorias hegemônicas no contexto social contemporâneo. Além disso, a falta de políticas que assegurem necessidades básicas ao grupo rural tem contribuído para o esvaziamento desse espaço (Castro, 2005; Alves & Dayrell, 2015; Zago, 2016), problemática que reforça a necessidade de estudos que tenham como objetivo a análise do pertencimento social à categoria ruralidade em territórios rurais no Brasil.

Teoria da Identidade Social

A Teoria da Identidade Social, conforme proposta em Tajfel (1984, 1983, 1982a, 1982b), é uma teoria sobre fenômenos e processos intergrupais. A Escola de Bristol foi a primeira a colocar a identidade “no centro da análise das relações intergrupos, atribuindo-lhe uma posição explicativa da diferenciação e da discriminação sociais” (Amâncio, 1997, p. 291). Ao postular que a construção da identidade social pelos indivíduos só é possível em seus grupos de pertencimento, inseridos, por sua vez, nas relações intergrupais, a Teoria da Identidade Social revela a sua natureza psicossocial. A própria base conceitual que constitui a teoria indica que a relação indivíduo-grupo-sociedade é um arranjo indissociável e deve ser considerado para que os processos que concorrem para a elaboração de uma determinada identidade social possam ser conhecidos (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004; Souza, 2008).

De acordo com Rubini (2003), a seguinte questão-chave esteve subjacente à produção do referido campo teórico: “é possível identificar as bases racionais que expliquem as discriminações intergrupais, a formação dos estereótipos sociais e do preconceito social?” (p. 189). A centralidade da proposição teórica tajfeliana para

alguns autores seria, portanto, determinar as condições mínimas para o aparecimento da discriminação em favor do grupo de pertença, perspectiva que foi desenvolvida a partir dos experimentos do paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, 1970). Por meio destes experimentos, discutiu-se que não seria necessária a condição histórica de hostilidade entre grupos para a produção de comportamentos discriminatórios, mas o mero estabelecimento de fronteiras cognitivas intergrupais já seria suficiente para o fortalecimento da polaridade valorativa entre os grupos e a consequente produção de comportamentos de supervalorização do endogrupo em detrimento do exogrupo (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1970). Na esfera da vida social, contudo, “não há dúvida de que a imagem ou conceito que um indivíduo tem de si próprio é infinitamente mais complexa, tanto nos seus conteúdos como derivações” (Tajfel, 1983, p. 290).

Trabalhando para a construção da identidade social, três processos seriam atuantes (Souza, 2004): (i) *categorização social*, que consiste no ordenamento da complexidade do ambiente social produzindo categorias discriminantes de pertencimento, cuja elaboração tende a estabelecer o máximo de semelhanças internas e a máxima distinção entre categorias opostas, favorecendo a elaboração de espaços endo/exogrupos; (ii) *comparação social*, que materializa a dimensão comparativa e relacional da identidade, posto que para manter o status positivo do endogrupo os outros grupos são negativamente valorados, ou seja, depende da avaliação do indivíduo no que diz respeito à sua satisfação em relação à pertença grupal; e (iii) *identidade social*, cujos componentes afetivos vinculados a esse sistema de diferenciação são os mais importantes para o pertencimento grupal.

Como consequência do pertencimento a um determinado grupo social, a identidade, conforme indicada por Tajfel (1983), consiste naquela “parcela do auto-conceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social” (p. 290), ou seja, procede do *reconhecimento* das categorias sociais às quais se pertence, bem como do *valor* e significado *emocional* que se atribui a essa pertença. Esta concepção tridimensional da identidade social postulada por Tajfel (1982a, 1982b, 1984) inclui, portanto, elementos cognitivos (reconhecimento de pertencimento ao grupo), avaliativos (atribuição de valência positiva ou negativa aos elementos que referenciam a pertença) e afetivos (gosto/não gosto).

Mediando a diferenciação social, uma importante questão a ser considerada acerca dos estereótipos que contribuem para o estabelecimento e manutenção da distintividade positiva do endogrupo, é que a identidade em suas dimensões “fornece

uma base para a compreensão da estrutura e direção da polarização em estereótipos e atitudes intergrupais, mas elas não podem nos dizer muito sobre o conteúdo das concepções recíprocas grupais” (Tajfel, 1982b, p. 22). Os valores sociais e as emoções teriam, portanto, importante função nessa tarefa de apreensão dos processos identitários a partir das diferentes vinculações sociais e dos significados associados, posto que: é provável que os critérios que estabelecem as categorias sociais, a gênese destas categorias, apoiem-se essencialmente nos valores sociais, e um sistema de categorias que é associado a um sistema de valores tende a ser mais estável quando existir certos processos que busquem tornar distintas as categorias entre elas (Tajfel, 1972); as emoções, por sua vez, motivam as comunicações e produção de significados que constituem a vida social dos indivíduos, integrando aspectos cognitivos e simbólicos, bem como favorecendo a identificação de espaços de domínio e familiaridade para fins de regulação da interação entre os grupos sociais (Aikins, 2012; Rimé, 2005).

Associada a essa perspectiva, conforme proposição de Doise (2002), a noção de diferenciação categorial se fundamenta no pressuposto de que esta produziria vários níveis de diferenciação interconectados: diferenciação comportamental, diferenciação de julgamentos de valor em relação aos grupos sociais, e diferenciação de campos de significação. São dimensões de uma mesma realidade, posto que não existe comportamento intergrupar sem expressão de julgamento e significados associados. Uma das particularidades dos estudos de identidade social reside, justamente, no fato de poder integrar, na análise dos processos identitários, os aspectos sócio-cognitivos e intrapsíquicos, as pertenças sociais, as relações intergrupais e o campo macrossocial, contribuições que tornam essa referência teórico-conceitual estratégica ao desenvolvimento do presente estudo (Álvaro & Garrido, 2006; Greenland & Brown, 2000; Monteiro, Lima & Vala, 1991).

Tendo em vista as considerações apresentadas, a presente investigação objetivou identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias (cognitiva, valorativa e afetiva) em seu campo de significação no contexto de comparação territorial ruralidade, a partir do pertencimento à categoria social ruralidade entre membros de uma comunidade rural em território brasileiro.

Método

A partir da tarefa de identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias (cognitiva, valorativa e afetiva), no contexto do pertencimento à categoria social ruralidade, entre membros de uma comunidade rural brasileira, desenvolveu-se um estudo com delineamento metodológico de natureza descritiva e exploratória.

Participantes

Participaram do estudo membros de uma comunidade rural do interior do estado do Espírito Santo – Brasil, de quatro gerações do território. Em cada geração, foram entrevistadas 25 pessoas do sexo masculino e 25 do sexo feminino, totalizando 200 participantes, número que correspondia a 34,84% dos moradores da comunidade. Optou-se pela estratégia de composição da amostra considerando os quatro grupos geracionais como recurso para apreensão integrada das narrativas da comunidade sobre seu modo de vida e produção de significados sobre as territorialidades de referência. Assume-se como pressuposto, portanto, que independentemente da faixa etária em que o indivíduo esteja, ele se constitui como sujeito da experiência e produtor de identidade junto ao seu grupo social.

Quanto à faixa etária e ao grau de escolaridade por geração, a amostra apresenta as seguintes características: na primeira geração, foram entrevistadas pessoas com idades entre 60 e 81 anos, sendo 50% não escolarizadas, 18% sabem ler e escrever e 32% possuem até o ensino fundamental I; na segunda geração, constam aqueles com idades entre 35 e 45 anos, em que 2% não são escolarizados, 6% sabem ler e escrever, 52% possuem até o ensino fundamental I, 26% o ensino fundamental completo, 10% o ensino médio e 4% o ensino superior; na terceira geração, estão os jovens com idades entre 15 e 25 anos, sendo que 34% pararam de estudar (24% concluíram o ensino médio e 10% o ensino fundamental), 60% estão cursando o ensino médio (93% em escola de pedagogia rural/pedagogia da alternância) e 6% o ensino superior; e na quarta geração, tem-se as crianças com idades entre 07 e 12 anos, onde 66% estão cursando o ensino fundamental I e 34% o ensino fundamental II. Todos os integrantes das duas primeiras gerações eram casados.

Em termos socioculturais, o território onde o estudo foi desenvolvido consiste em uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), que, na década de 1980, resistiu aos avanços dos plantios de eucalipto na região e ao fenômeno do êxodo rural, estando

envolvida nos movimentos sociais de defesa dos direitos dos povos do campo, nos movimentos sindicais dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, bem como na formação sócio-política por meio da educação do campo (Baltazar, 2004). Ressalta-se ainda a organização da comunidade a partir do modo de produção baseado na agricultura familiar, formação de núcleos familiares com residências próximas e ao centro de lavouras de café ou pimenta. Geralmente, em cada núcleo familiar, havia ainda um espaço para horta, plantas frutíferas e pequenas criações para consumo interno. No espaço de circulação pública da comunidade, havia uma igreja, três comércios locais, um campo de futebol, uma escola de ensino infantil e outra de ensino fundamental, além de uma unidade de saúde.

Procedimento de coleta dos dados

Primeiramente, as famílias do território foram informadas acerca da realização da pesquisa a partir dos meios de divulgação local, ocasião em que foram explicados os critérios de participação no estudo, bem como informados de que a pesquisadora entraria em contato com cada potencial respondente para formalizar o convite e agendar a entrevista, em caso de concordância em participar da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada na própria comunidade, de acordo com a disponibilidade dos participantes e respeitando os espaços sugeridos para a realização das entrevistas, tendo sido realizadas nas casas das pessoas, nas escolas locais ou nas lavouras das propriedades. Todas as entrevistas foram realizadas pela autora principal desse trabalho, com duração média de 30 minutos. As entrevistas foram realizadas depois de informados os objetivos e procedimentos para a realização do estudo, bem como dirimidas possíveis dúvidas referentes à pesquisa, com vistas à concordância formal através da leitura e assinatura do Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido.

Em linhas gerais, foi possível manter o mesmo procedimento para realização das entrevistas em todos os grupos etários de participantes. Foram observadas variações, contudo, no que se refere aos momentos que antecederam às entrevistas em função dos locais de coleta dos dados: (i) aquelas realizadas nas lavouras das propriedades eram compostas por um momento de apresentação dos plantios e relatos sobre planejamento familiar e uso futuro das terras; (ii) quando feitas nas casas dos participantes, geralmente, havia um momento de passeio pelo quintal, horta e pomar (entre outros

recursos de produção mais próximos à residência), além da apresentação dos cômodos da casa e momento para café compartilhado; e (iii) nos espaços escolares, geralmente, havia uma conversa anterior com a coordenação e professores da escola, sendo as entrevistas realizadas em uma sala reservada ou debaixo de uma árvore com estrutura com mesa e bancos para sentar. Em todos os referidos espaços, foi possível garantir a privacidade do momento de realização das entrevistas.

Instrumento

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro estruturado, composto por um conjunto de questões que focalizaram os seguintes núcleos de informações: (i) dados sócio-demográficos (sexo, escolaridade, estado civil, idade e grupo geracional); (ii) relação campo-cidade, em que se solicitava ao participante que contasse como ele vivencia essa relação entre os dois territórios; e (iii) dimensões identitárias: (1) DE – Dimensão dos Estereótipos, com listagem de cinco elementos que, prontamente, o participante associava ao objeto de referência (‘rural’ / ‘cidade’), conforme técnica de associação livre; (2) DV – Dimensão dos Valores, em que se pedia ao participante para explicar de onde vinha ou o que produzia aqueles elementos evocados (DE), a fim de compor um sistema explicativo acerca dos significados vinculados ao objeto em questão; e (3) DA – Dimensão dos Afetos, que consistiu em atribuir um sentimento/afeto para cada um dos cinco sistemas DE-DV, conforme tomada de posição afetiva do respondente.

Por último, a fim de verificar o favoritismo grupal, solicitou-se ao participante que atribuísse a cada elemento de DE, DV e DA polaridade positiva ou negativa, conforme sua avaliação. O procedimento de coleta dos dados referente ao segundo núcleo de informação foi conduzido primeiramente tendo como objeto a ‘cidade’ e, em seguida, o mesmo procedimento foi realizado para o ‘rural’, totalizando 15 elementos associados a cada objeto (por participante), com suas respectivas polaridades.

Tratamento dos dados

Para o conjunto de dados referentes à caracterização sócio-demográfica dos participantes, foram utilizados procedimentos da estatística descritiva, com frequências absoluta e relativa. No que se refere ao conjunto de dados textuais sobre a relação campo-cidade (segundo núcleo de informação do Instrumento), o conteúdo foi

submetido à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), procedida com o auxílio do programa Alceste (Reinert, 1990). A partir da identificação das Unidades de Contextos Iniciais (UCIs), o programa efetua a CHD do conjunto de Unidades de Contextos Elementares (UCEs), gerando um dendrograma (posicionamento das classes em forma de árvore), que permite a visualização da análise estatística realizada, com qui-quadrado das palavras representativas em cada classe, força de ligação entre as classes e porcentagem de cada classe em meio ao *corpus* analisado. As classes podem ser interpretadas como “noções de mundo ou como quadros perceptivo-cognitivos com certa estabilidade temporal associados a um ambiente complexo” (Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo, 1999), em que seria possível reconhecer o “lugar comum” de um grupo ou comunidade (Lima, 2008).

O tratamento dos dados referentes às dimensões identitárias (terceiro núcleo de informação do Instrumento) foi procedido da seguinte forma: do banco de dados inicial, foi realizada uma transformação na natureza das variáveis do estudo, em que as variáveis inicialmente qualitativas (elementos associados aos objetos em cada dimensão) foram transformadas em variáveis quantitativas (ordem em que a palavra apareceu em uma das 5 posições de respostas para cada dimensão – DE, DV e DA). No total, o estudo passou a ter 89 variáveis/elementos (44 para o rural e 45 para a cidade), cujas respostas eram: 0 (não citadas pelo indivíduo), 1 (citadas na primeira ordem), 2 (citadas na segunda ordem), 3 (citadas na terceira ordem), 4 (citadas na quarta ordem) e 5 (citadas na quinta ordem). Deste total, foram removidas do *corpus* as palavras mencionadas por menos de 10% dos indivíduos, o que resultou em 32 palavras (variáveis) para o território ‘rural’ e 34 para ‘cidade’ (ver Tabela 1).

Tabela 1.

Número de elementos utilizados nos corpora de dados em cada território

Dimensão	Rural		Cidade	
	Palavras Totais	Palavras > 10%	Palavras Totais	Palavras > 10%
DE	20	14	21	14
DV	14	12	13	12
DA	10	6	11	8
Total	44	32	45	34

Tendo em vista que na análise global dos elementos associados pelos participantes (referentes ao rural e à cidade) verificou-se compartilhamento dos significados mencionados pelos grupos geracionais, optou-se pela composição integrada

da amostra para a análise multivariada. Por meio do método de rotação VARIMAX, realizado pelo *software* SPSS (Dancey & Reidy, 2006; Field, 2009; Hair, Black, Babin & Anderson, 2010), procedeu-se duas análises fatoriais do conjunto de elementos obtidos por meio das questões associativas referentes às dimensões identitárias, uma para o meio rural e outra para o urbano. O método de extração de fatores consistiu na identificação de seus componentes principais. A escolha do número de fatores foi realizada utilizando o critério de autovalor maior do que 1, o que significa aproveitar as variabilidades importantes dos fatores em substituição às variáveis originais. Posteriormente, os fatores foram agrupados segundo eixos temáticos, que foram nomeados por três pesquisadores, em separado e depois por um consenso. Essa estratégia metodológica teve a intenção de comparar os meios urbano e rural, segundo os resultados dos fatores.

Resultados

Os resultados são apresentados em quatro subseções: (1) territórios de referência campo-cidade, abordando a experiência dos participantes no que se refere à relação campo-cidade; (2) composição do campo semântico por dimensão e território, em que são apresentados os elementos que compõem as dimensões dos estereótipos (DE), valores (DV) e afetos (DA), referentes ao ‘rural’ e à ‘cidade’; (3) dimensões identitárias e suas tematizações, a partir da análise fatorial realizada; e (4) sistema dimensional DE-DV-DA, com a projeção dos fatores no Diagrama de Venn, segundo as dimensões analisadas.

1. Territórios de referência campo-cidade

Das 400 UCI’s analisadas por meio da CHD (200 relativas ao ‘rural’ e 200 referentes à ‘cidade’), houve aproveitamento de 80.34% do *corpus* de dados original, tendo sido geradas 654 UCE’s. Conforme dendrograma apresentado na Figura 1, a análise indicou a formação de três classes estáveis, reunidas em dois eixos: ‘Eles e a cidade deles’ (Classe 1) e ‘Nós e a cidade’ (Classe 2), compondo o eixo 1 ‘A cidade e suas faces’; e ‘Nós e o nosso rural’ (Classe 3), que compõe o segundo eixo ‘O rural comunitário’. Em cada classe, foram selecionadas as 20 palavras com maior qui-quadrado, conforme *Figura 1*.

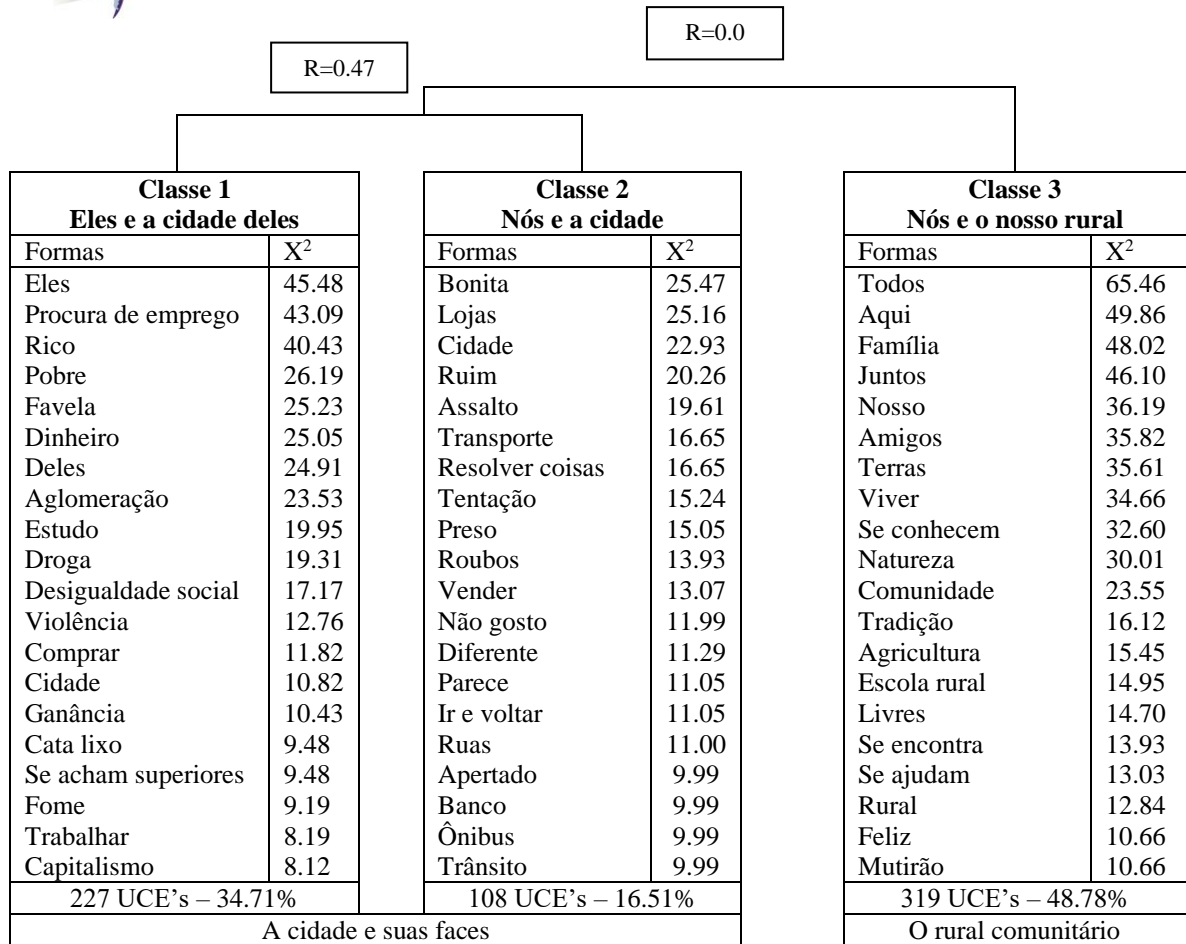


Figura 1. Classificação Hierárquica Descendente – Dendrograma das classes estáveis

No primeiro eixo, ‘A cidade e suas faces’, o contexto citadino como problema para si mesmo e para o rural reflete a centralidade dos elementos apresentados. Na Classe 1, ‘Eles e a cidade deles’, destacam-se os temas da desigualdade social, da violência, da aglomeração e de uma vida comprometida com o modo de produção capitalista. Manifesta-se uma dupla imagem atribuída aos citadinos: a do *rico* ganancioso e que se acha superior, e a do *pobre*, que vive na favela, passa fome, cata lixo e sofre com a desigualdade gerada pelo capitalismo. Os fragmentos ilustram:

Tudo é uma questão social. Se falta emprego e trabalho, a pessoa vai arriscar tudo na vida ($x^2=24$); Os ricos acham que os pobres não aguentam trabalhar. O pobre pede na rua, cata lixo para poder viver e não conseguem trabalho porque é pobre ($x^2=24$); A cidade é uma coisa onde muita gente não tem quase nada e poucos são muito ricos. É por causa do capital, do dinheiro ($x^2=22$).

Em ‘Nós e a cidade’ (Classe 2), a cidade é retratada a partir do convívio dos membros da comunidade rural, possivelmente com a cidade de contato mais imediato, onde vão para “resolver coisas” (acessam bancos, hospitais, lojas, supermercados, etc.),

dado que possibilita uma comparação mais consistente entre os dois contextos por parte dos participantes. Fica evidente a reprovação da maneira como a cidade está organizada (ruim, não gosto, é apertado, tem assalto e roubo) e também se manifesta o desconforto em ter que “passar por ela”, conforme UCE’s a seguir:

Lá é muita gente junta. Lá o trem é bagunçado, faz calor, é perigoso e tem coisa ruim. Nem gosto de ir lá. Tem muitas pessoas na cidade e isso gera muito movimento. Nem sei falar muito de cidade, porque não fico na cidade ($x^2=30$); Eles falam diferente e nem sei por que, não é igual. Lá não conhece ninguém, ninguém para se conhecer. Não tem nada na cidade, não tem para onde ir. A gente não está acostumado com a cidade ($x^2=19$).

A Classe 3, ‘Nós e o nosso rural’, no segundo eixo (‘O rural comunitário’), reúne elementos que descrevem a vida na comunidade, como uma imagem síntese do que é a vida neste rural comunitário. Os participantes ressaltam significados que reforçam a ideia de uma vida feliz (feliz, livres e viver), coletiva (juntos, nosso, comunidade, família, amigos, se encontram e se conhecem), em que as pessoas se apoiam (mutirão e todos se ajudam), vivem da terra (terras, natureza, agricultura e escola rural) e seguem a tradição da comunidade. Os trechos, a seguir, retratam essa imagem construída pelos participantes:

Você vê todo dia... é assim, todos se ajuda. Fazer as coisas na hora que quer. Você planta e colhe, reparte com o vizinho. Cuida da terra. Porque se tá tudo bem, tudo em ordem aqui, você tá feliz. Você pode ser quem você é. Sempre encontra a pessoa que você fala a mesma língua. Somos humanos. Porque as pessoas estão felizes pela forma de viver aqui e pelo que ela faz ($x^2=15$).

As três classes em conjunto contribuem para a contextualização da imagem elaborada pelos participantes em relação aos universos campo-cidade, conforme explorado nas seções seguintes.

2. Composição do campo semântico por dimensão e território

Os elementos constitutivos das dimensões identitárias (estereótipos, valores e afetos) referentes ao rural e à cidade, conforme campo semântico associado pelos participantes, são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2.

Composição do campo semântico – elementos por dimensão e território

	Rural		f	Cidade		f
DE	Amigos	(+)	79	Ambiente desconhecido	(-)	25
	Autossustentável	(+)	56	Ameaça	(-)	30
	Comunidade	(+)	48	Compra tudo	(-)	21
	Convivência	(+)	88	Diferente do rural	(-)	23
	Família	(+)	53	Não gosto	(-)	49
	Lavouras	(+)	25	Perigosa	(-)	98
	Lazer	(+)	40	Pessoas ruins	(-)	30
	Liberdade	(+)	48	Pobreza	(-)	32
	Meu lugar	(+)	50	Preconceito com o rural	(-)	33
	Natureza	(+)	60	Prisão	(-)	28
	Organizações	(+)	22	Sem amizade	(-)	28
	Solidariedade	(+)	36	Sem natureza	(-)	32
	Trabalho	(+)	58	Serviços/recursos	(-)	33
	Tranquilidade	(+)	69	Tumulto	(-)	79
Total			732			541
DV	Comunalidade	(+)	29	Ausência de convivência	(-)	63
	Convivência	(+)	119	Ausência de justiça social	(-)	51
	Diversão	(+)	23	Baixa qualidade de vida	(-)	24
	Igualdade	(+)	42	Capitalista	(-)	79
	Liberdade	(+)	48	Concentração de recursos para o urbano	(-)	53
	Preservação ambiental	(+)	43	Detém os serviços que o rural precisa	(-)	37
	Qualidade de vida	(+)	23	Individualismo	(-)	29
	Religiosidade	(+)	22	Modo de vida oposto ao rural	(-)	20
	Solidariedade	(+)	52	Modo de vida que favorece a violência	(-)	66
	Sustentabilidade	(+)	86	Relações de trabalho produtivistas	(-)	29
	Tradição rural	(+)	50	Status/demonstração de riqueza	(-)	53
	Tranquilidade	(+)	60	Subordinação do espaço ao modo de produção	(-)	78
Total			597			582
DA	Alegre/feliz	(+)	81	Incomodado	(-)	36
	Bem-estar	(+)	116	Injustiçado	(-)	29
	Gosto	(+)	38	Mal-estar	(-)	83
	Livre	(+)	40	Medo	(-)	65
	Seguro	(+)	34	Não gosto	(-)	41
	Tranquilo	(+)	66	Preocupado	(-)	32
				Preso	(-)	50
				Triste	(-)	42
Total			375			378

Considerando o campo semântico elaborado sobre o rural e sobre a cidade, para cada território, foram associados 14 diferentes elementos no que se refere à primeira dimensão (DE) e 12 em relação à segunda dimensão (DV). Já na dimensão afetiva (DA), 06 diferentes elementos foram mencionados relativos ao rural e 08 em relação à cidade.

Totalizando 732 elementos analisados, a DE-rural contém significados que retratam as relações familiares e de amizade, a organização comunitária, o trabalho camponês e a liberdade, enquanto os elementos associados à cidade (f=541) refletem a

ideia do urbano como território desconhecido e perigoso, sem convivência entre as pessoas e que concentra os serviços e recursos que os camponeses precisam. Complementares a essa primeira dimensão, entre os principais elementos da DV-rural (f=597) estão a convivência e a sustentabilidade e, em linhas gerais, na DV-cidade (f=582), os valores capitalistas e a visão de um espaço subordinado ao modo de produção. A DA-rural (f=375) e a DA-cidade (f=378), assim como as demais dimensões, denotam polaridades, respectivamente, entre um território que causa ‘bem-estar’, ‘alegria/felicidade’ e ‘tranquilidade’ e outro que gera ‘mal-estar’, ‘medo’ e sentimento de ‘prisão’. Na seção a seguir, apresenta-se a análise fatorial referente ao campo semântico de cada dimensão e território.

3. Dimensões identitárias e suas tematizações

O resultado da análise fatorial referente ao conjunto de dados associado ao rural indicou a presença de 14 fatores estatisticamente significativos, explicando 65,1% da variabilidade, e a análise fatorial relacionada à cidade, por sua vez, indicou a presença de 15 fatores significativos, explicando 65,8% da variabilidade (conforme dados apresentados nas Tabelas 3 e 4).

A análise dos elementos presentes nas três dimensões de cada fator, para os dois objetos em análise (rural e cidade), favoreceu a elaboração de um sistema comparativo entre os dois territórios, segundo a comparação social estabelecida. Para a comparação entre os fatores de cada objeto, utilizou-se critério semântico, o que possibilitou a identificação de antinomias como processo que mobiliza o conteúdo manifesto pelo grupo. Resultante da referida comparação, a aproximação entre os significados vinculados a cada objeto, com seus respectivos fatores, permitiu a identificação de quatro eixos temáticos, quais sejam: (1) ‘autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista’, (2) ‘igualdade vs. desigualdade’, (3) ‘familiaridade vs. não familiaridade’ e (4) ‘vida feliz vs. vida triste’.

Na coluna central das Tabelas 3 e 4, são apresentados os fatores da análise fatorial referentes a cada objeto acompanhados de sua polaridade, conforme avaliação procedida pelos participantes. Os elementos que constituem os fatores estão distribuídos de acordo com a dimensão a que pertencem (DE, DV e DA), estando acompanhados de suas respectivas cargas fatoriais. À esquerda constam os resultados relativos ao rural, avaliados como positivos pelos participantes, e à direita os relacionados à cidade,

considerados negativos pelos membros da comunidade rural. Na Tabela 3, são apresentados os eixos temáticos (1) ‘autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista’ e (2) ‘igualdade vs. desigualdade’, e, na Tabela 4, os eixos temáticos (3) ‘familiaridade vs. não familiaridade’ e (4) ‘vida feliz vs. vida triste’.

O eixo temático 1, ‘autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista’, é composto pelos fatores ‘preservação da natureza’, ‘vida saudável’ e ‘consumo autossustentável’ (relativos ao rural) e pelos fatores ‘destruição da natureza’, ‘consumismo’ e ‘trabalho subordinado’ (relacionados à cidade). No conteúdo em análise, denota-se a segurança e domínio sobre a criação dos recursos essenciais à vida a partir da atividade agrícola e os recursos naturais disponíveis, que oferecem qualidade de vida aos moradores da comunidade. Os sentimentos de alegria e de felicidade estão associados a essa imagem do rural sustentável. A imagem de um território sem natureza e de consumismo acelerado na cidade, não foi associada à dimensão afetiva. Destaca-se neste conjunto de dados a presença dos valores opondo a sustentabilidade rural à ideia do urbano capitalista.

O tema da justiça social, ainda na Tabela 3, conforme eixo temático 2 (‘igualdade vs. desigualdade’), focaliza as assimetrias sociais na cidade em contraste com a solidariedade e a comunalidade percebidas no campo, as quais permitem a equalização na distribuição dos recursos internos, segundo a perspectiva dos participantes. Compõem esse eixo os fatores ‘igualdade’ e ‘comunidade’ (referente ao rural) e ‘desigualdade’, ‘poder interno desigual’, ‘injustiça com o rural’, ‘serviços/recursos’ e ‘individualismo’ (para a cidade). A ideia de desigualdade na cidade, constituída a partir da imagem da pobreza e da associação dos cidadãos a pessoas ruins, mobiliza as três dimensões identitárias sustentadas por valores como individualismo e falta de justiça social, o que provoca tristeza, afastamento (não gosto) e sentimentos de preocupação e de injustiça nos membros do grupo. Na dimensão afetiva do rural, por sua vez, apresenta-se o bem-estar associado à condição de igualdade. Ainda nesse eixo temático, os fatores ‘injustiça com o rural’ e ‘serviços/recursos’ revelam a apreciação negativa dos participantes em relação à concentração de recursos necessários à população rural, tais como hospitais, bancos, cartórios, lojas e farmácias, utilizados cotidianamente pelos integrantes do grupo rural, mas que estão concentrados no território urbano, o que acaba sendo visto como injusto por eles.

Tabela 3. Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial –

Eixo temático	Rural								
	Dimensões			Dimensões					
	DA	DV	DE	Fatores	Polaridade	Fatores			
						DE	DV	DA	
1). Autossustentabilidade de produção capitalista	Alegre/feliz (0.47)	Preservação ambiental (0.70)	Natureza (0.70)	Preservação da natureza (F2)	(+)	(-)	Destruição da natureza (F3)	Sem natureza (0.79)	Baixa qualidade de vida (0.73)
		Qualidade de vida (0.80)		Vida saudável (F11)	(+)				
		Sustentabilidade (0.76)	Autossustentável Trabalho (0.35)	Consumo autossustentável (F3)	(+)	(-)	Consumismo (F5)	Compra tudo (0.76)	Capitalista (0.63)
						(-)	Trabalho subordinado (F14)		Subordinação do espaço ao modo de produção (0.73)
									Relações de trabalho produtivistas (-0.48)
						(-)			Ausência de justiça social (0.53)
						(-)			Concentração de recursos para o urbano (0.75)
						(-)			Detém os serviços que o rural precisa (-0.43)
						(-)			Serviços / recursos (F13)
						(-)			Individualismo (F10)
2). Igualdade vs. desigualdade	Bem-estar (0.29)	Solidariedade (0.38)	Solidariedade (0.74)	Igualdade (F1)	(+)	(-)	Desigualdade (F2)	Pobreza (0.79)	Triste (0.42)
		Igualdade (0.78)				(-)	Poder interno desigual (F7)		Não gosto (0.59)
						(-)			Preocupado (0.65)
						(-)			Serviços / recursos (F13)
						(-)			Pessoas ruins (0.81)
						(-)			Individualismo (0.42)
						(-)			Injustiçado (0.73)
						(-)			
						(-)			
						(-)			

comparação entre fatores dos territórios rural e cidade (Eixos temáticos 1 e 2)

Nota: Entre parênteses os valores das cargas fatoriais de cada elemento, de acordo com o fator correspondente.

Tabela 4.
Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial –

Eixo temático	Rural				Cidade				
	DA	DV	DE	Fatores	Polaridade	Fatores	DE	DV	DA
3). Familiaridade vs. não familiaridade	Seguro (0.56)	Convivência (0.74)		Segurança (F14)	(+)	Insegurança (F1)	Ameaça (0.73)		Modo de vida que favorece a violência (0.75)
	Gosto (0.74)		Liberdade (0.51)	Liberdade (F13)	(+)	Ausência de liberdade (F4)	Prisão (0.69)		Preso (0.60)
	Tranquilo (0.74)			Tranquilo (F6)	(+)	Medo (F6)	Perigosa (0.48)		Mal-estar (0.73) Medo (0.60)
	Tranquilidade (0.79)	Tranquilidade (0.82)		Tranquilidade (F5)	(+)	Tumulto (F11)	Tumulto (0.80)		Ausência de convivência (0.70)
			Amigos (-0.67)	Relações familiares e de amizade (F7)	(+)	Vida triste (F8)	Sem amizade (0.45)		Modo de vida oposto ao rural (0.63)
	Livre (0.42)	Diversão (0.69)	Lazer (0.57)	Vida feliz (F8)	(+)				
		Liberdade (-0.45)	Meu lugar (-0.82)	Meu lugar (F10)	(+)	Lugar do outro rural (F9)	Diferente do rural (0.41)		Status/demonstração de riqueza (0.82)
			Tradição rural (0.78)	Convivência (0.34)	(+)	Ambiente familiar (F9)	Preconceito com o rural (0.53)		
			Lavouras (-0.36)	Ambiente familiar (F9)	(+)	Ambiente não familiar (F12)	Ambiente desconhecido (0.47)		
	4). Vida feliz vs. vida triste								

comparação entre fatores dos territórios rural e cidade (Eixos temáticos 3 e 4)

Nota: Entre parênteses os valores das cargas fatoriais de cada elemento, de acordo com o fator correspondente.

Na esfera do domínio grupal (Ver Tabela 4), os aspectos da organização e modo de funcionamento dos contextos urbano e rural, segundo perspectiva dos participantes do estudo, são abordados nos eixos temáticos 3 ('familiaridade vs. não familiaridade') e 4 ('vida feliz vs. vida triste').

O eixo temático 3 ('familiaridade vs. não familiaridade') é composto pelas oposições entre os fatores 'segurança vs. insegurança', 'liberdade vs. ausência de liberdade', 'tranquilo vs. medo' e 'tranquilidade vs. tumulto'. O contexto urbano é visto como lugar tumultuado, perigoso e ameaçador, gerando medo, mal-estar e sentimento de prisão entre os participantes, por favorecer a existência de situações de violência e ter as relações de convivência entre as pessoas fragilizadas. O campo, por sua vez, é concebido como espaço seguro, tranquilo e de liberdade, por favorecer a convivência tranquila entre as pessoas, o que gera sentimentos de aprovação entre os membros do grupo rural (gosto, tranquilo e seguro).

Complementar ao eixo temático 3, a composição 'vida feliz vs. vida triste' (eixo temático 4) reflete o modo de vida rural a partir dos laços sociais (familiares e de amizade), um espaço que os indivíduos dominam, em que se tem liberdade para ir e vir, tempo para a realização das atividades e convivência com os moradores do território. A ideia de 'vida feliz' é composta pelos fatores 'relações familiares e de amizade', 'vida feliz', 'meu lugar' e 'ambiente familiar'. A cidade é caracterizada como o oposto: um ambiente desconhecido, diferente do rural e que o discrimina, um lugar sem amizade e onde a vida é triste. Compõem essa imagem da cidade os fatores 'vida triste', 'lugar do outro' e 'ambiente não familiar'. A função desse conjunto de significados parece ser, sobretudo, reforçar a imagem de que na comunidade rural se vive melhor, em um espaço previsível, seguro e tranquilo para se viver com a família e amigos.

O Fator 12 do objeto rural, 'religiosidade' (DV: religiosidade – carga fatorial: 0.83) não apresentou categoria de oposição e, em função disso, não foi projetado nas Tabelas 3 ou 4. Essa condição exclusiva pode indicar sua contribuição característica à composição do território segundo vivência dos participantes, posto que a organização grupal estudada consiste em uma Comunidade Eclesial de Base. Neste sentido, entre os valores que contribuem para a elaboração da identidade rural, a religiosidade teria uma função não apenas religiosa, mas também sociocultural e política, participando da elaboração da estrutura-base na qual se apoiam os membros do grupo.

4. Sistema dimensional DE-DV-DA

No intuito de conhecer como as dimensões identitárias se articulam em função de cada território, os fatores foram projetados de maneira conjugada no Diagrama de Venn (Figura 2), tendo como base as informações disponíveis nas Tabelas 3 e 4.

Os fatores que são compostos por elementos das três dimensões ocupam a centralidade das Figuras (como ‘desigualdade’, ‘vida triste’ e ‘injustiça com o rural’ para a cidade, e ‘igualdade’, ‘vida feliz’ e ‘preservação da natureza’ para o rural). Os que possuem duas dimensões ocupam espaços de dupla intersecção (DE-DV, DV-DA ou DA-DE) e os que são constituídos apenas por uma modalidade de dimensão foram projetados nas áreas centrais de cada círculo correspondente.

Os fatores sustentados pelas três dimensões, possivelmente, contribuem mais fortemente para a definição do objeto, conforme campo de significação elaborado pelos participantes. Comparando o sistema central das duas figuras, parece ser interessante destacar a existência de um conteúdo opositivo, como pode ser conferido nas antíteses ‘igualdade vs. desigualdade’ e ‘vida feliz vs. vida triste’. Integrando essa imagem sustentada pelas três dimensões, a composição da ruralidade como território comprometido com a ‘preservação da natureza’ parece ser representativa da defesa de fusão entre os modos de vida e de produção no contexto camponês comunitário. É na relação com a cidade, contudo, que essa composição da ruralidade encontra seu ponto de fragilidade e ameaça, posto que esse território concentra recursos, serviços e políticas públicas que negligenciariam a população rural (‘injustiça com o rural’).

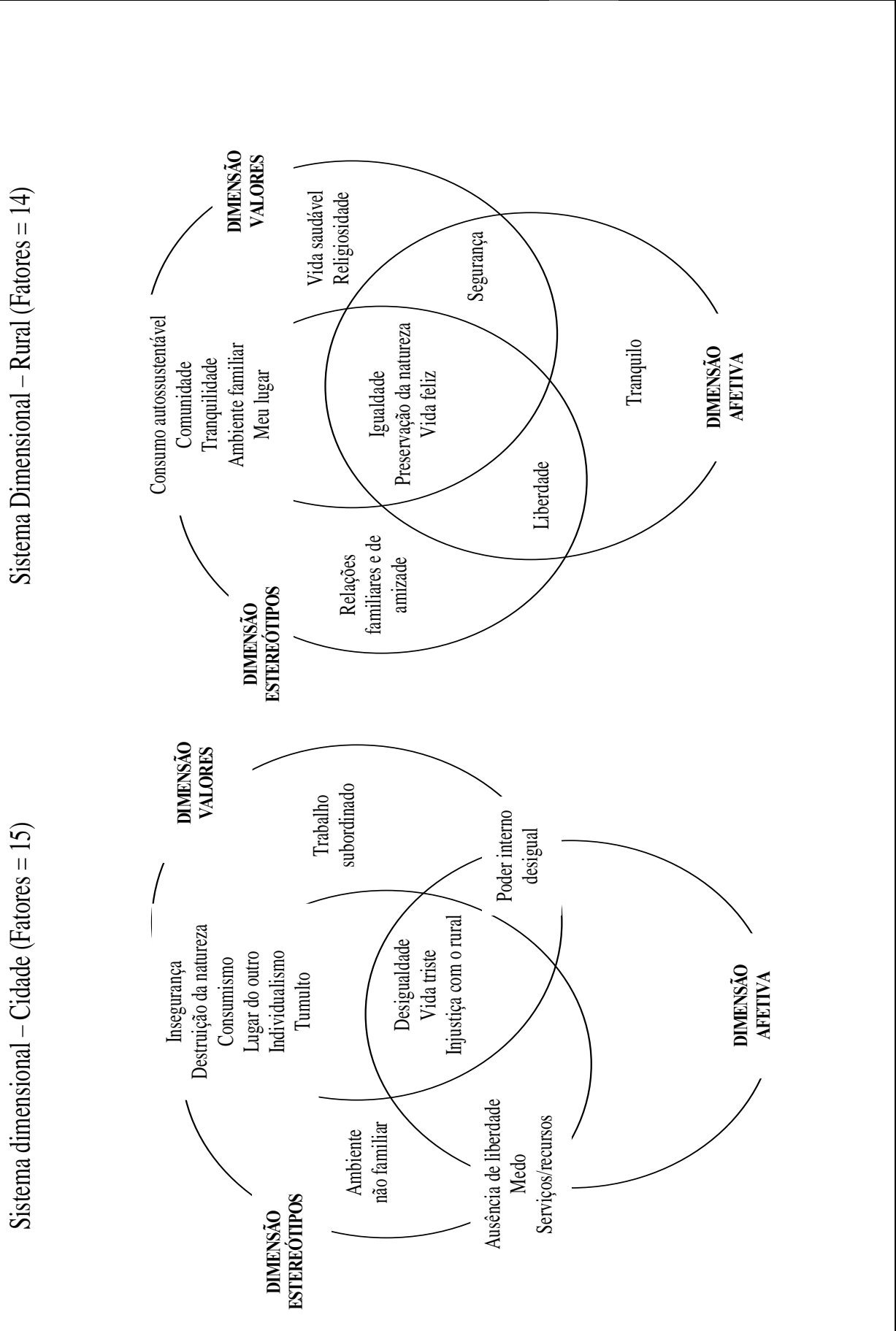


Figura 2. Sistema dimensional DE-DV -DA

Discussão

O estudo teve como objetivo identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias (cognitiva, valorativa e afetiva) em seus campos de significação, a partir do pertencimento à categoria social ruralidade no contexto da comparação social entre campo-cidade. Os resultados evidenciaram o trabalho de elaboração dos integrantes do grupo rural a fim de compor uma imagem positiva de seu território identitário de referência, caracterizado como rural comunitário.

Nas narrativas referentes à relação campo-cidade (Figura 1), segundo vivência dos participantes, evidenciou-se a composição de três imagens complementares, quais sejam: ‘Eles e a cidade deles’ (Classe 1), ‘Nós e a cidade’ (Classe 2) e ‘Nós e o nosso rural’ (Classe 3); cujo conteúdo mobilizado reflete as antíteses identificadas na análise dos fatores em oposição (Tabelas 3 e 4), conforme eixos temáticos - (1) ‘autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista’, (2) ‘igualdade vs. desigualdade’, (3) ‘familiaridade vs. não familiaridade’ e (4) ‘vida feliz vs. vida triste’.

Como processo de resistência provocado na relação entre grupos sociais, a análise dos processos identitários ganha maior força quando considerada a partir da integração entre os componentes cognitivo, afetivo e valorativo (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004), bem como a partir da estrutura social mais ampla e do momento histórico vivido (Monteiro, Lima & Vala, 1991; Souza, 2004, 2008), processo que tem sua eficácia em exercício por meio das antinomias.

Como os resultados indicaram, identificou-se polarização dos significados atribuídos aos dois territórios (o rural sendo visto como positivo e o urbano como negativo), e a interdependência do conteúdo por meio de antinomias, que integram as dimensões analisadas (Greenland & Brown, 2000; Tajfel, 1983). Os quatro eixos temáticos, encontrados por meio da análise dos fatores, revelaram o possível debate cotidiano dos membros da comunidade sobre questões salientes à vida no campo, como sustentabilidade, sociabilidade e justiça social, que mobilizaram as narrativas elaboradas.

O eixo temático em antítese ‘autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista’ qualifica o modo de produção rural a partir do sistema da agricultura familiar (produção em pequena escala, subsistência familiar, respeito à natureza e defesa da qualidade de vida), em oposição às metas do capital que se organizariam em função da produção em grande escala e crescente consumismo na cidade, tendo como

consequência a exploração do trabalhador e a destruição da natureza (Moreira, 2005). A justiça social, núcleo de significados que se orientou a partir das oposições ‘igualdade vs. desigualdade’, define a opção preferencial pelo modo de vida comunitário. A cidade é vista como lugar de desigualdade, e surge como organização social cuja hierarquia de poder interno (ricos e pobres) e a ausência de valores coletivistas impossibilitariam a constituição de modo de vida compartilhado, tal como vivido no rural.

O tema formado por ‘familiaridade vs. não familiaridade’ e ‘vida feliz vs. vida triste’ revela a saliência da sociabilidade como conteúdo reflexivo importante para os participantes do estudo. A ideia de uma vida feliz no campo e de uma vida triste na cidade consolida as estratégias dos indivíduos para a constituição da imagem social positiva de seu grupo, historicamente considerado como atrasado, sem cultura e desprovido de conhecimento (Campos, 2007; Nóvoa & Fressato, 2007). Em função desse conjunto de elementos subjacentes à dinâmica intergrupar ruralidade-urbanidade, os indivíduos oferecem ao grupo rural uma imagem positiva (DE) e, em contrapartida, o grupo lhe oferece estabilidade emocional (DA) (bem-estar, segurança, tranquilidade, liberdade e felicidade), enquanto a vida na cidade se configura como território não familiar e ameaçador.

Entende-se nesse trabalho que a identidade rural, tal como apreendida pelos recursos conceituais e metodológicos utilizados, se constitui por meio de um processo de antinomias provocadas no contexto de comparação social campo-cidade. De fato, a interdependência da relação eu-outro/nós-eles tem sido enfatizada por diversos autores (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004), inclusive, encontrando-se na própria base do fenômeno identidade, conforme ressalta Tajfel (1982b): “um indivíduo sente, pensa e comporta-se numa variedade infinita de situações através da vida, com base na sua identidade social, criada pelos vários grupos de que é membro, e com base na sua relação com a identidade social dos outros” (p.41).

Tomados em conjunto, os elementos provocados na comparação *nós vs. eles* refletem o próprio processo de estereotipia a partir do qual uma determinada categoria/grupo é traduzida em um conceito-síntese. A função deste recurso, baseado na configuração semântica mais prototípica que caracteriza o objeto, pode ser entendida como uma resposta categorial (Brown, 1997; Greenland & Brown, 2000; Hogg & Abrams, 1999). No caso da dinâmica intergrupar investigada a partir do imaginário do grupo rural, este conteúdo cumpre a função de distintividade social, denotando a

existência de um conflito que retrata o esforço do grupo para afastar a possibilidade de que seus membros venham a se identificar com o grupo urbano.

De acordo com a proposição tajfeliana, o conflito entre grupos é gerado e mantido em função do constante risco de identificação e não porque estes são propriamente diferentes. Na realidade, as muralhas da diferença são erguidas e reforçadas pela possibilidade de igualdade (como processo de identificação), assumida, no contexto intergrupal, sob a conotação de ameaça. É nesta perspectiva, de busca pela distintividade social, que atua a memória do grupo-comunidade como ideologia grupal na transmissão e conservação dos elementos de identidade. Este processo implica, sobretudo, o controle da transformação do modo de vida da comunidade como mecanismo que visa evitar a mobilidade social (êxodo rural) ou a própria desintegração do grupo (Souza, 2004, 2008).

Nesse contexto de reflexão, parece ser importante recordar que frente à pressão à hegemonia urbana, o modo de vida rural tem sido representado como forma de sociabilidade desfavorável à identificação social pelos indivíduos (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009), processo que tem contribuído para o êxodo rural, principalmente entre segmentos juvenis camponeses na atualidade. Eis a necessária troca simbólica entre grupo e indivíduo: o primeiro devendo munir o segundo de uma imagem social aceitável e o segundo representando seu grupo de forma positiva e atribuindo significados negativamente valorados aos demais grupos sociais. O saldo dessa relação consiste, fundamentalmente, em segurança, estabilidade social e psicológica, e um lugar no mundo social (Speltini & Palmonari, 1999).

Entre as possíveis contribuições do presente estudo para a área, destaca-se o quadro empírico à análise das dimensões identitárias, perspectiva pouco explorada entre os pesquisadores que tem estudado os fenômenos da identidade social. Como limites do estudo desenvolvido, pode-se mencionar a necessidade de aprofundamento do debate teórico-conceitual sobre a abordagem dimensional da identidade, bem como a importância de novas investigações que explorem estratégias metodológicas para sua apreensão e análise. Em função da perspectiva de investigação empreendida, ressalta-se ainda que foi possível demonstrar empiricamente a interdependência *indivíduo – grupo de pertença – categoria social - relações intergrupais - estrutura social*, contribuição que se apresenta importante, especialmente no que se refere à ruralidade como objeto de estudo para a Psicologia, ampliando a ainda escassa produção de conhecimento que se

tem desenvolvido neste campo de investigação e auxiliando no reconhecimento do modo de vida dos grupos sociais camponeses.

Referências

- Abramovay, R. (2000). *Funções e medidas da Ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Aikins, A. G. (2012). Familiarising the unfamiliar: cognitive polyphasia, emotions and the creation of social representations. *Papers on social representations*, 21, 7.1-7.28.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social – perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Alves, M. Z., & Dayrell, J. T. (2015). Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. *Educação & Pesquisa*, 41, 1455-1471.
- Amâncio, L. (1997). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 287-308). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 183-190.
- Bezzon, J. S., & Soares, A. P. S. (2013). Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45(3), 351-362.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Brandenburg, A. (2010). Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, 13(2), 417-428.
- Brown, R. (2007). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Campos, J. T. (2007). Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educação & Sociedade*, (Campinas), 28(99), 589-606.
- Castro, E. G. (2005). *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese (Doutorado) - UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.
- Cirilo Neto, M., & Dimenstein, M. (2017). Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 461-474.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Brasília: CFP.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Doise, W. (2002). *La forza delle idee – rappresentazioni sociali e diritti umani*. Bologna: Il Mulino.
- Durham, E. R. (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Elias, L. P., Belik, W., Cunha, M. P., & Guilhoto, J. J. M. (2019). Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na

- agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(2), 215-233.
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- Food and Agriculture Organization/FAO, & International Fund for Agricultural Development/IFAD. (2019). *Decenio de las naciones unidas para la agricultura familiar 2019-2028*. Plan de acción mundial. Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4672es/ca4672es.pdf>
- Fressato, S. B. (2008). Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema. In J. Nóvoa & J. A. Barros (Orgs.), *Cultura popular: espaço de deboche e de resistência. Uma representação em tristeza do Jeca*. (pp. 183-199). Rio de Janeiro: Apicuri.
- Gonçalves, E. M. (2005). O Folclore na mídia de massa: Globo rural e aspectos folclóricos do homem do campo. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 3, 1-18.
- Greenland, K., & Brown, R. (2000). In D. Capozza & R. Brown (Orgs.), *Social identity processes* (pp. 167-183). London: Sage Publications.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis*. New York: Pearson.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S., & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups. *Small Group Research*, 35(3), 246-276.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Distribuição percentual da população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio*. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_zip.shtm
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2014*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>
- Lima, L. C. (2008). Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública*, 33, 83-97.
- Lopes, E. M., Ferreira, C. R. C., & Friedrich, D. R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 225-245.
- Monteiro, M. B., Lima, M. L., & Vala, J. (1991). Identidade social: um conceito chave ou uma panacéia universal?. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 9, 107-120.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moura, F. F., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. S. S., & Bomfim, Z. A. C. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 140-154. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/1054/974>

- Nascimento, S. S. (2012). Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. *Cadernos Pagu*, 39, 367- 402.
- Niederle, P. A. (2017). Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In G. C. Costa, & S. M. P. P. Bergamasco (Orgs.), *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* (pp. 168-196). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Nóvoa, J., & Fressato, S. (2007). Um caipira ingênuo e malicioso debocha da modernidade: representações no cinema de Mazzaropi. *Politeia: História e Sociedade*, 7(1), 187-203.
- Oliveira, L. L. (2003). Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Pereira, E. A., & Gomes, N. P. M. (2002). *Flor do não esquecimento – cultura popular e processos de transformação*. Belo horizonte: Autêntica.
- Pratta, E. M., & Santos, M. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256.
- Reinert, M. (1990). Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application. Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de methodologie sociologique*, 26, 24-54.
- Rimé, B. (2005). *Le partage social des émotions*. Paris: PUF (Press universitaires de France).
- Rubini, M. (2003). Henry Tajfel: dai processi di categorizzazione al pregiudizio sociale. In A. Polmonari & N. Cavazza (Orgs.), *Ricerche e protagonisti della psicologia sociale* (pp. 187-214). Bologna: Il Mulino.
- Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108.
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2017). Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Speltini, G., & Palmonari, A. (1999). *I gruppi sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, p. 96-102.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (p. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

- Vasconcellos, D. V. (2009). *O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social*. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Veloz, M. C. T., Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 479-501.
- Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In N. Giarracca (Org.), *Una nueva ruralidad en America Latina?* (pp. 31-44). Buenos Aires: CLACSO.
- Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura* (P. H. Britto, Trad.). São Paulo: Cia. das Letras.
- Zago, N. (2016). Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, 21(64), 61-78.

Received: 2019-07-29

Accepted: 2020-07-22